

Quem procura renda acessível? Jovens licenciados e a ganhar mais que ordenado mínimo

[sábado.pt/portugal/detalhe/quem-procura-renda-acessivel-jovens-licenciados-e-a-ganhar-mais-que-ordenado-minimo](https://www.sabado.pt/portugal/detalhe/quem-procura-renda-acessivel-jovens-licenciados-e-a-ganhar-mais-que-ordenado-minimo)

São jovens com mais de 30 anos, que vivem com a família ou alugam quartos, metade tem formação superior e o rendimento médio é relativamente elevado - estes são os principais traços dos 5.635 candidatos que concorreram ao Programa de Renda Acessível da Câmara Municipal de Lisboa.



Fernando Medina entregou na semana passada as chaves das 118 casas sorteadas ao abrigo do Programa de Renda Acessível (PRA) da Câmara Municipal de Lisboa e, em milhares de candidaturas, só pouco mais de cem conseguiram fazer um contrato com o município, em que a renda não ultrapassa 30% do rendimento mensal. Olhando para os números, "há uma desproporção enorme entre o número de candidatos e o número de casas", explicou à **SÁBADO** Ana Cordeiro Santos, investigadora no Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra. Existindo desproporção, significa que "a medida tem um impacto reduzido e há um claro problema habitacional" na cidade de Lisboa.

Os números recolhidos pela autarquia revelam que o nível de escolaridade é elevado, já que exatamente metade dos candidatos tem formação superior e o ordenado é também acima da média nacional, com uma média de 1207,34 euros. Estes dois fatores podem

indicar, explicou a investigadora Ana Cordeiro Santos, que "o problema habitacional é transversal e não afeta só as pessoas de baixos rendimentos".

Além de as questões habitacionais poderem afetar quem recebe mais do que ordenado mínimo no final do mês, parecem estar a criar problemas em pessoas cada vez mais velhas. A média de idades dos candidatos ao PRA é de 38 anos, "o que pode indicar que há uma certa dificuldade dos jovens com mais de 30 se tornarem autónomos, saindo de casa dos pais ou de casas partilhadas". "Este é mais um indicador que os jovens têm cada vez mais dificuldades e é um indicador da transversalidade do problema". Aliás, 43% dos candidatos disseram viver em habitações de familiares ou amigos e 42,5% em casas arrendadas ou particulares.

A juntar à média de idades, 54% das pessoas que participaram no sorteio indicaram que o agregado familiar é constituído apenas por uma pessoa, o que significa que a sua candidatura estava válida apenas para os apartamentos T0 e T1. Este indicador é, no entanto, diferente do registado no segundo concurso do PRA, que decorreu em setembro do ano passado. No segundo sorteio do PRA, a autarquia indicou que a maior parte dos agregados tinham duas pessoas ou duas pessoas com um elemento dependente. "De algum modo é surpreendente esta maior incidência em pessoas mais jovens e não em casais com filhos", disse Ana Cordeiro Santos, em relação ao recente sorteio.

O elevado número de candidaturas é sinónimo de problema habitacional, mas há dois aspetos a ter em conta, e que a investigadora do CES sublinha: "A escolaridade alta pode também traduzir um maior conhecimento deste tipo de concursos e o número reduzido de habitações pode levar à desistência de muitas pessoas e este pode ser um efeito de seleção".

Lisboa falha meta da renda acessível

O objetivo estava nas seis mil casas sorteadas no âmbito do Programa de Renda Acessível, mas a autarquia fala em atrasos no tempo de construção e aponta questões judiciais. Paula Marques, vereadora do Desenvolvimento Local e da Habitação, referiu esta semana à Lusa que foram atribuídas 432 casas e está previsto o sorteio de 250 até ao fim do atual mandato.

"Nós consciência das dificuldades tínhamos, mas a consciência das dificuldades nunca nos deve impedir de perseguir um objetivo e lutarmos por esse objetivo", disse a vereadora, reconhecendo que "o que poderia acontecer com o Tribunal de Contas" não estava nos planos.

Descubra